**O PROCESSO CATÓLICO DE MODERNIZAÇÃO E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO (1940-1965)**

**The Catholic Process of Modernization and Intervention in Education (1940-1965)**

Orlando José de Almeida Filho[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

Busco, por meio deste trabalho, pensar a modernização católica e a reorganização de suas instituições, entre elas a educação, objeto central desta investigação. O objetivo é a compreensão das *representações* do processo de adaptação do cristianismo católico no tempo pela apropriação e ressignificação, sobretudo, da Escola Nova à concepção católica. Examino os documentos eclesiásticos oficiais e discursos dos representantes católicos no Brasil. Os católicos disputavam o campo educacional com liberais, desde a década de 1920, e tinham como objetivo central intervir na cultura inserida em uma concepção dos caminhos civilizatórios que o País deveria percorrer dentro da tradição católica da formação cultural brasileira. O ponto de partida dessa trajetória, de repensar o catolicismo, era o de modernizar as estruturas eclesiais pela Ação Católica que objetivava formar militantes que atuassem não só no seio da Igreja Católica, mas também nas instâncias políticas e sociais. Por isso mesmo, a escola era um lugar privilegiado de disputas, pois era o espaço formativo das novas gerações e, nesse contexto, essa formação deveria extrapolar as instituições de ensino confessional católico.

**Palavras-chaves**: Igreja Católica. Educação. Modernidade.

**ABSTRACT**

In this work, I propose to think about the Catholic modernization and the reorganization of its institutions, among them the Education, the central object of the research. My goal is to understand the *representations* of the process of adaptation to the Catholic Christianity over the years, by means of the appropriation and resignification, above all, by the so-called New School, to the Catholic conception. I examined the official documents of the Church and speeches of Catholic representatives in Brazil. Catholics disputed with Liberals about Education since the 1920s; they had as a central goal to intervene in a a conception of the civilizing paths that the country should go within the Catholic tradition of Brazilian cultural culture. The starting point of this trajectory, in order to rethink Catholicism, was to modernize the ecclesial structures by means of the Catholic Action, which aimed to train militants to act not only within the Catholic Church but also in the political and social levels. Therefore, the school was a privileged place of disputes, it was the constitutive space of the new generations and, in this context, such training should extrapolate the Catholic confessional educational institutions.

**Keywords**: Catholic Church, Education, Modernity.

**INTRODUÇÃO**

A perspectiva de adentrar pelo território da amplitude do termo “cultura” inserida nos estudos de uma determinada organização social primitiva ou contemporânea, encerra, em sua natureza, diversas interpretações conceituais: em parte humana e social (a organização política de um determinado povo ou comunidade e as relações entre os indivíduos), em parte material (a produção de uma sociedade) e em parte espiritual (a realização subjetiva do pensamento e da reflexão de uma sociedade, quer no plano individual e/ou coletivo). Portanto, há várias possibilidades de se estudar a cultura pelos caminhos da História.[[2]](#footnote-2)

Esse trabalho procura percorrer o território da cultura a partir do recorte teórico metodológico, pensado por Chartier e circunscrito nocampo de disputas pela educação a partir da legitimação institucional, pretendida pela Igreja Católica. A questão central é a de buscar compreender as estratégias católicas para conquistar os espaços educacionais impondo o seu projeto político educacional fundado no neotomismo.[[3]](#footnote-3) Como os católicos renovaram as práticas educativas por meio da apropriação e ressignificação da Escola Nova preservando os valores da tradição cristã? O estudo da cultura, inserido nessa perspectiva, possibilita (des)velar o que está escondido no centro das disputas e lutas sócias, pois as

[...] lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Esse pressuposto abre possibilidades para a compreensão da importância de se perceber que para estudar a cultura e suas representações faz-se necessário entender que os discursos são proferidos de lugares com interesses diversos e, por isso mesmo, é preciso situar o lugar de onde se fala, quem fala e o que se fala.[[4]](#footnote-4) Daí os significados do poder e da dominação. Ocupar o espaço da cultura com o propósito de entender a complexa rede da sociedade não é afastar-se do social, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.[[5]](#footnote-5) (CHARTIER, 1990, p. 17)

É nesse contexto teórico metodológico que situo o processo de modernização católica e a recepção e práticas desse mesmo processo modernizador no Brasil, bem como as disputas pelo campo educacional inserido nos paradigmas da Igreja que se compreende como *mater et magistra* (mãe e mestra – educadora). Finalmente, a proposta do texto é um recorte que faz parte de um trabalho maior que realizo desde a tese de doutoramento concluída em 2008.[[6]](#footnote-6)

**A EDUCAÇÃO COMO LUGAR DE DISPUTAS: ANTECEDENTES**

É de Michel de Certeau a ideia da importância da *demarcação do lugar* no que diz respeito à reflexão sobre a cultura e de pensá-la como processo de organização social. Entende-se como lugar um

[...] conjunto de determinações que fixam seus limites em um encontro de especialistas e que circunscrevem a quem e como lhes é possível falar quando abordam a cultura entre si. Por mais científica que seja, uma análise permanece uma prática localizada e produz somente um discurso particularizado. Ela alcança a seriedade, portanto, na medida em que explicita seus limites, ao articular seu campo próprio com outros absolutamente opostos. (CERTEAU, 1995, p. 222).

Os católicos articulam-se em seu próprio campo e se organizam por meio de encontros, publicações, seminários e congressos. O lugar de disputas entre esses especialistas, desde os anos 1920 do século XX, era o da educação. De um lado estavam os católicos que se organizaram e iniciaram uma verdadeira “cruzada” contra a laicização que, a rigor, estava posta na Proclamação da República, com o fim do padroado. De outro, as forças liberais que pretendiam modernizar as estruturas sociais, políticas e econômicas brasileiras, entre elas os assim chamados “Pioneiros da Educação Nova”, que se opunham a qualquer concepção em que o Estado tutelasse as escolas particulares.[[7]](#footnote-7) Defensores da escola *pública, laica e obrigatória*, conforme proposta do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932* e com fundamentos no pensador norte americano John Dewey,[[8]](#footnote-8) os grupos liberais pretendiam separar, de fato, o público do privado, tornando laicas as estruturas educacionais do Estado, sem influências de qualquer concepção religiosa, sobretudo o ensino religioso nas escolas estatais.

Nagle ressalta que no período republicano o liberalismo em suas mais diversas faces representou uma *força desenclausuradora* naquele contexto político, econômico e social. Essa força liberal, segundo o mesmo autor, movia-se em duas direções para transformar o *status quo*: *representação e justiça* (NAGLE, 2001, p. 131). As mudanças das forças políticas que ocupavam o poder seriam o caminho para se construir uma nação moderna, pelas quais os brasileiros alcançassem, por vias de fato, a cidadania.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924 no Rio de Janeiro por um grupo de educadores, entre eles Heitor Lira, idealizador da instituição, foi o principal *lugar* de organização desses educadores que pretendiam discutir propostas de renovação da educação brasileira. O embate entre os dois grupos chegou ao fim quando os católicos, após a IV Conferência da ABE, realizada em Belo Horizonte, em outubro de 1931, romperam com a instituição ao não concordaremcom as teses dos escolanovistas sobre quais deveriam ser as grandes diretrizes da educação brasileira.[[9]](#footnote-9)

Outro fato importante que causou polêmica foi o pedido de Getúlio Vargas e Francisco Campos de que a Conferência encaminhasse uma “fórmula feliz” para a nova política educacional do País. Segundo Cury, isso não foi possível acontecer, pois as posições estavam acirradas (CURY, 1978, p. 22-24). Havia já ocorrido, nesse mesmo ano, a publicação do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que regulamentava o ensino religioso facultativo nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal. O decreto representava a predisposição do governo em construir boas relações com a Igreja. Ao romper com a ABE, articularam-se a partir daí, em torno de instituições católicas como o Centro D. Vital; Associação dos Professores Católicos (APC), do Distrito Federal; Confederação Brasileira de Educação (CBE) e a Coligação Católica Brasileira (CCB).

Mediante esses acontecimentos, escolanovistas que faziam oposição ao grupo católico entraram em um acordo e se comprometeram a elaborar um documento expondo suas concepções e quais eram suas propostas para a educação brasileira. Em 1932, publicou-se o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, selando, definitivamente, o acirramento das posições entre liberais e católicos. A partir desse momento, os católicos se afastaram da ABE e procuraram fortalecer os debates educacionais no seio das organizações católicas. Após orompimento com a ABE, os escolanovistas e católicos passaram a disputar com mais intensidade a participação no governo. Para Cury**,** os grupos ideológicos dominantes que se formam e se conflitam, cada qual ao seu modo, buscam conquistar e impor, na reconstrução constitucional do Estado, seus princípios considerados, então, como asseguradores da nova ordenação política justa e harmoniosa (CURY, 1978, p. 11).

Essas disputas levaram esses grupos a se aproximarem do poder com o objetivo de intervir na educação. Na década de 1930, o governo Vargas optou por um rearranjo composto por diversas forças políticas, entre eles *católicos e liberais*, estabelecendo o que Fausto denomina de *Estado de compromisso,* ou seja, “a inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais” (FAUSTO, 1997, p.136 a 144).

O projeto político inaugurado por Vargas (1930-1945) aglutinou as diversas forças que criaram “as condições institucionais, políticas e culturais mínimas para a consolidação de uma civilização propriamente urbano-industrial” (IANNI, 1971, p. 53). Sob a égide do Estado Novo, Getúlio tratou de apresentá-lo

[...] como a fórmula que permitiria, finalmente, realizar a tarefa de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzirem enfim o governo técnico, acima da politicalha dos partidos. (FAUSTO, 2006, p. 90)

Com o discurso de reorganizar o País, sob a bandeira do desenvolvimento técnico e científico rumo ao desenvolvimento econômico, o governo varguista e diversos intelectuais defendiam transformações profundas na sociedade brasileira por uma maior *racionalização* da cultura.[[10]](#footnote-10)

No campo educacional, o Ministro Gustavo Capanema, que assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde, em 1934, e nele permaneceu até 1945, mantinha estreitas relações com lideranças católicas.[[11]](#footnote-11) Sua entrada para esse ministério foi possível por meio de um acordo realizado entre a Igreja Católica, forças políticas estaduais e governo, sob a condução de Francisco Campos (BOMENY, 2001, p. 25). A Igreja ofereceria ao Estado populista uma ideologia que lhe dava sustentação de conteúdo moral. Para Francisco Campos, sem essa ideologia o novo regime não se sustentaria. Campos foi um político mineiro habilidoso e, independentemente de sua posição religiosa, costurava, dessa forma, um pacto entre Igreja e Estado, delineando assim o perfil do que seria o ministério, ou seja, com forte presença da Igreja Católica (SCHWARTZMAN *et al*., 2000, p. 61-64).

Ao mesmo tempo em que o projeto de Vargas pretendia alçar o Brasil ao desenvolvimento moderno, não descartou a força da tradição firmada na cultura católica. Essa composição eclética de atores sociais, como os denominados escolanovistas e católicos que estavam em campos opostos, influenciou também no Ministério da Educação e Saúde com fortes componentes ideológicos que permearam a vida política brasileira a partir de 1930, e “a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria” (SCHWARTZMAN *et al*., 2000, p. 69).

A 10 de novembro de 1937, Vargas decretou a instituição do Estado Novo (1937-1945), com o apoio da Igreja, via Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1932, sob orientação do então cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, e teve como secretário geral João Pandiá Calógera e, nesse mesmo ano, Alceu de Amoroso Lima, pois Calógera afastou-se para disputar uma cadeira nas eleições de 1933. Essa foi uma estratégia encontrada pelo cardeal Leme para articular os interesses eclesiais e católicos com a vida política do País. A LEC arregimentou diversos candidatos católicos para disputarem as eleições para a Constituinte de 1933, na qual militaram diversos deputados eleitos, entre eles: João Pandiá Calógera, Luís Sucupira, Anes Dias, Plinio Correia de Oliveira, Morais Andrade. Seus nomes eram divulgados nas comunidades católicas por meio de indicações nos sermões dos sacerdotes e panfletagem de militantes católicos. Esses deputados exigiam leis constitucionais para a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas, subsídios estatais para as escolas confessionais e a presença do nome de Deus na Constituição de 1934.

Além disso, em 1937, os deputados católicos apoiaram o Estado Novo, que se constituiu em uma forma de combate ao comunismo, o que vinha ao encontro dos pronunciamentos oficiais da Igreja, desde o papado de Leão XIII (1878-1903). A *Rerum Novarum* sustentava suas diretrizes, afirmando que a concepção comunista da propriedade coletiva devia ser “absolutamente repudiada como prejudicial àqueles mesmos a quem se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranqüilidade pública” (LEÃO XIII, 1980, p. 20). Pio XI, em seu pontificado (1922-1939), na mesma linha, de Leão XIII, reafirma, na *Quadragésimo Anno* (1931), a rejeição ao socialismo.

A LEC esteve estreitamente ligada à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada também em 1932 por Plínio Salgado, que possuía em seu ideário um discurso anticomunista, fascista e autoritário. Segundo Trindade, em sua origem a AIB definia-se como um “movimento cultural e cívico”, porém em 1935, quando Plínio Salgado apresentou-se como candidato à presidência da República e, mesmo nas eleições de 1933, transformou-se em um partido político com objetivos de criar “uma nova cultura filosófica e jurídica, a fim de assegurar o culto de Deus, da Pátria e da família [...]” (TRINDADE, 1979, p. 163). O lema: *Deus, Pátria e Família* do Integralismo vinha ao encontro do pensamento católico. Militantes católicos como Alceu de Amoroso Lima[[12]](#footnote-12) e representantes clericais,como o jovem padre Helder Câmara, defendiam a importância de o Estado garantir a manutenção do ensino religioso na escola pública, subsídios estatais para as escolas confessionais, a indissolubilidade do matrimônio, o nome de Deus na Carta Magna e o combate incansável ao comunismo e ao materialismo. Suas justificativas eram a de que uma legislação que garantisse esses princípios protegeria a família, a sociedade e os valores cristãos norteados pela doutrina da Igreja Católica. Por isso mesmo, o Pe. Helder Câmara aderiu ao Integralismo que, em seu lema, trazia uma defesa dos princípios que interessavam à Igreja. Também participou ativamente da LEC no Ceará até 1934, quando foi nomeado diretor do Departamento de Educação do Estado.

Fausto sustenta que o governo Vargas, inserido em um contexto de efervescência política e ideológica, foi demarcando os limites de seu governo desde os primeiros tempos com uma marca distintiva de centralização do poder. No aspecto ideológico, “[...] fez questão de acentuar o caráter nacionalista dos novos tempos” (FAUSTO, 2006, p. 46). Cruzando as análises desses autores, é possível afirmar, portanto, que havia um tripé fundamental em que se sustentava o governo Vargas: populismo, nacionalismo e centralismo de poder. Vai ser nesse processo de organização do poder que se abriram espaços variáveis de posições políticas e ideológicas, inclusive para anarquistas como Joaquim Pimenta que esteve presente nos círculos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MICELI, 2001, p. 226-230).

Essa concepção de fazer política era estratégica daquilo que Fausto denomina “Estado de compromisso” entre “as várias frações da burguesia; da classe média, ou pelo menos parte delas [...]” (FAUSTO, 1997, p. 136), que tinham como objetivo equalizar as diversas forças políticas em torno de um projeto nacionalista de desenvolvimento. Nessa mesma direção, Vargas organizou o projeto educacional brasileiro em uma rede pública de ensino dentro dos princípios da universalização da escola, porém atendendo também aos interesses dos católicos, como a manutenção do ensino religioso não obrigatório nas escolas e subsídios financeiros para as instituições privadas de ensino.

O governo Vargas tinha interesses em receber apoio ou pelo menos manter boas relações com as forças católicas, pois assim como a Igreja almejava a tutela do Estado, o governo também desejava estabelecer relações estreitas com ela, pois sendo o catolicismo religião predominante, evitaria possíveis conflitos com o mundo católico. Além disso, havia organizações como a LEC que se articulava politicamente e Getúlio precisaria de sustentação política para suas possíveis realizações.

A manutenção de relações próximas com o poder eclesiástico poderia favorecer o projeto varguista, pois as religiões universais históricas como o catolicismo “trazem no sangue, por assim dizer, uma sensibilidade para as insídias da massa”. O autor sustenta que há um processo de *domesticação* nas religiões universais, o que favorece, ao contrário de críticos e/ou de movimentos de apostasia, a constituição de um *rebanho obediente*. (CANETTI, 1995, p. 23-24). Nesse período, a Igreja tinha uma certa simpatia por regimes fortes como o fascismo na Itália, talvez não pela sua truculência, mas por manter como um dos seus pilares de sustentação os valores cristãos ocidentais como *Deus, Pátria e a Família* e, por sua vez, esses mesmos regimes mantinham estreitas relações com a Igreja.

No Brasil, forças políticas regionais ou federais sempre buscaram, de uma ou outra forma, manter relações próximas com a Igreja, sobretudo nesse período em que havia uma zona de disputas na esfera do domínio político. Além do movimento de 1930, que levou Getúlio ao poder, organizações de cunho nacional, como a LEC, a AIB e outras agremiações, como a *Legião de Outubro*, de cunho regional, também se organizaram com objetivos reformistas. Há uma linha de continuidade histórica manifestada pela “Legião de Outubro”, grupo que procura aproximar-se da Igreja para obter seu apoio e sua colaboração. Em conferência de março de 1931, Francisco Campos, um de seus idealizadores, afirma: “Entre a Legião e a Igreja criaram-se, por força de sentimentos filiais de simpatia, compromissos e obrigações recíprocas” (MATOS, 2003, p. 71).

A *Legião de Outubro*, breve organização política criada em Minas Gerais, em 1931, com a participação de Gustavo Capanema, Francisco Campos e Amaro Lanari, com objetivos de oferecer apoio ao regime Varguista, tinha, segundo um dos seus idealizadores, o desejo de construir relações entre Estado e Igreja. Essa construção se concretizou com o esforço de Francisco Campos, que procurou “restabelecer, agora em nível nacional, a proposta de um pacto entre Igreja e Getúlio Vargas” (SCHWARTZMAN; BOMENY, 2000, p. 72). Os eventos que possuíram representações consideráveis dessas relações foram a elevação de Nossa Senhora Aparecida, como padroeira do Brasil, em 1930, pelo papa Pio XI –, em 1931, a imagem foi homenageada na presença de milhares de pessoas e do próprio presidente da República, que se colocou ao lado do cardeal Leme – e, no mesmo ano, a inauguração do monumento do Cristo Redentor, no Corcovado – Rio de Janeiro. A imprensa católica exaltou como um triunfo os eventos de 1931, sobretudo a elevação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil.

[...] As homenagens prestadas à ínclita Padroeira do Brasil oferecem resposta irretorquível a quantos negam que o nosso povo seja católico e contestam ao catolicismo o título de religião nacional. Venham os partidários do ensino leigo, os proponentes do divórcio, os protestantes norte-americanos e os órfãos de Lênin e reúnam demonstração de fé igual àquela de que a Esplanada do Castelo foi teatro, e então lhes cederemos o direito de se dizerem o povo brasileiro. Até então o catolicismo tem a palavra em nome dos sentimentos religiosos da população do Brasil inteiro. [...] (MATOS, 2003, p. 75-76).

Se em plena capital da República, no seio de uma população trabalhada pelas influências do cosmopolitismo dissolvente, os católicos reúnem mais de um milhão de pessoas para uma procissão, que dizer da religiosidade das populações rurais do nosso *hinterland*, que guardam intactas as tradições dos seus maiores?... Queiram ou não os nossos adversários, o Brasil é um país católico (MATOS, 2003, p. 75-76). Os discursos escritos e falados são representações que marcaram as amplas disputas políticas norteadas, simbolicamente, por essas manifestações oficiais com forte presença do Estado. Esses eventos de inauguração de monumentos e manifestações religiosas populares de massa, como os Congressos Eucarísticos, as procissões, encontros de multidões, normalmente com a presença de autoridades políticas, marcaram a força simbólica da religião e do catolicismo no Brasil. Não deixavam de ser também uma estratégia da Igreja Católica em demonstrar o seu poder de força e de organização das massas.

O cardeal Leme tinha a dimensão do que representava a capacidade da Igreja em arregimentar multidões. Os eventos ocorridos no Rio de Janeiro eram a *representação* do que ocorria no interior de todo o País, que possuía suas festas, seus santos e seus padroeiros. A dimensão dasrepresentações estavam presentes no imaginário dos diversos setores que disputavam o campo do poder e a sua visão sobre a recepção, prática e *habitus* religiosos por parte da população católica, constituída pela grande maioria do povo brasileiro.

Esses acontecimentos foram tão importantes que Alceu de Amoroso Lima, ao escrever para Gustavo Capanema, demonstrou o que os católicos esperavam do governo:

O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1. Ordem pública, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;

2. paz social, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;

3. liberdade de ação para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;

4. unidade de direção de modo que autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos. (LIMA, 1935)[[13]](#footnote-13)

As palavras de Lima colaboram para a compreensão do que a Igreja esperava do Estado: espaços e colaboração do governo para que ela pudesse desenvolver suas atividades sem que o Estado a prejudicasse. O combate a qualquer concepção materialista ou comunista que contrariasse os interesses da Igreja deveria ser condenado pelo Estado, sobretudo nas escolas que deveriam ser o lugar de uma pedagogia que desenvolvesse os valores cristãos. Seria também salutar que o Estado se dedicasse em ajudá-la, por exemplo, a manter suas instituições educacionais. Pela paz social, a Igreja poderia desenvolver suas atividades que também seriam boas ao governo. A firmeza do Estado seria imprescindível em casos de insurreição que não contribuísse para o bem social. A carta é clara naquilo que a Igreja esperava do governo em um momento que o País passava por uma efervescência política e ideológica.

**MUDANÇAS EMERGENTES E RECONFIGURAÇÃO CATÓLICA**

No Brasil, as diretrizes da construção de uma nova civilização cristã faziam parte dos discursos dos militantes católicos. Alceu Amoroso Limapublicou, em 1943, o livro *A Igreja e o Novo Mundo,* defendendo a importância da cristianização da civilização que havia perdido os valores cristãos. A perspectiva da *Nova Cristandade* estava em pleno vigor, acompanhando assim as diretrizes da Igreja.

Os militantes católicos, atuando em diversas frentes, abriram novas possibilidades de ação nesse período, alcançando outros agrupamentos sociais como estudantes, trabalhadores urbanos e rurais por meio da Ação Católica, fundada em 1935, pelo cardeal Leme da Silveira Cintra, que já vinha atuando em muitos setores da sociedade. Essa adaptação nos anos pós-guerra, portanto, contou com a participação efetiva da Ação Católica, presidida por Alceu Amoroso Lima de 1935, ano de sua fundação, a 1945.[[14]](#footnote-14)

Com o fim do Estado Novo, os debates sobre a questão educacional reacenderam e o acirramento das concepções sobre a finalidade da escola e o seu papel social voltou a ser pauta de profundas discussões. Com a redemocratização do País, em 1946, o tema Lei de Diretrizes e Bases da Educação tornou-se pauta dos debates educacionais. Embora ainda permanecessem princípios das décadas anteriores, no que se refere ao debate educacional, já surgiam indícios de mudanças na ação dos católicos, sobretudo, com a inserção da AC em debates sobre questões de cunho social, mudanças na militância de alguns setores da Igreja e a própria estratégia de atuação da Igreja do Brasil.

A Constituição de 1946 definiu que a educação era um direito de todos sob orientação e controle da esfera pública dentro dos seguintes princípios: livre para a iniciativa particular, o primário obrigatório e o ensino religioso de “matrícula facultativa” e de “acordo com a confissão religiosa do aluno” (BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1946, arts. 166, 167 e 168). De certa forma, a Igreja garantiu a formação moral que se consubstanciava no ensino de religião, manutenção do ensino privado e subsídio estatal.

Todos os historiadores que procuram estudar os magnos capítulos da História Nacional, as páginas memoráveis que estruturam a vida política do Brasil confessam emalto e bom som, que nunca houve separação moral entre Igreja e o Estado no Brasil. São duas forças que sempre trabalharam, visando um único ideal: a felicidade de todos os brasileiros. (NETO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. II, 1946, p. III)

O essencial para os católicos não era somente a conquista do ensino religioso, ministrado nas escolas, mas o que isso representava para o espírito do texto constitucional e com a própria relação entre a Igreja e o Estado. A concepção da nacionalidade, na fala do deputado alagoano do PSD, pe. Medeiros Neto, traz a *representação* do que os católicos pensavam sobre constituição da Nação e como deveria ser a relação entre Igreja e Estado. Esse foi o espírito que norteou outras discussões como a questão do divórcio, recursos públicos para as instituições privadas de ensino e o nome de Deus na Carta Constitucional.

A questão religiosa no debate político tornou-se importante porque possuía uma duplicidade de interesses: ao Estado, dado ao projeto político nacionalista que objetivava aproximar o governo das massas e o imaginário religioso católico, poderia ser um instrumento fundamental para tal intento, e à Igreja, que relutava contra qualquer princípio ideológico que ameaçasse o ideário cristão. A Constituição de 1946 garantiu os interesses católicos, no que se refere à questão da educação religiosa porque “[...] ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo [...]” (HORTA, 1993, p. 107). O ensino religioso funcionaria como uma estratégia para garantir, não por ele mesmo, mas pela sua *representação* como instrumento de legitimação de uma “ordem”, calcada na cultura católica e tutelada pelo Estado.

Na década de 1950, muitos dos católicos que estavam presentes em períodos anteriores já não mais atuavam por motivo de falecimento, como foram os casos do pe. Leonel Franca (1948), Everardo Backheuser (1951), cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra (1942), ou se afastaram do centro de debates e participação mais efetiva, como Alceu Amoroso Lima. Para Costa, na década 1950, Lima fez alguns “deslocamentos” balizando seu ativismo para uma vida de muita produção literária, porém menos militante do que nas décadas anteriores. Nesse período, parte para a Europa e Estados Unidos e ocupa de 1951 a 1953, em Washington, o cargo de diretor do Departamento Cultural da União Pan-Americana (COSTA, 2006, p. 105-108). Além disso, havia uma mudança no *modus operandi* da pastoral da Igreja: organizar pastorais coletivas envolvendo comunidades e instituições na formação e divulgação do ideário cristão católico.

Após o falecimento de Pio XI, em 1939, sob o pontificado de Pio XII (1939-1958), houve movimentos de mudanças que foram, paulatinamente, construídos com o objetivo de a Igreja ajustar suas estruturas, adaptando-a em seu tempo. Esse processo ocorreu em três níveis: renovações intelectuais, que no Brasil se expressaram em figuras de intelectuais como Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Corção, Leonardo Van Acker, Everardo Beckhauser, Leonel Franca, entre outros; um segundo, com a criação de centros de pesquisas religiosas para compreensão dos fenômenos sociais, com objetivos de realizarem pastorais de conjunto e, finalmente, a organização de conferências episcopais nacionais e continentais (DUSSEL, 1989) e investimentos na organização de universidades (Pontifícias Universidades Católicas – PUCs).

A modernização institucional construiu, também, modelos de participação mais coletivas e representativas em um processo de reestruturação de quadros militantes. Esse processo culminou no surgimento de instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1952, por iniciativa de D. Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que a partir da

[...] experiência da Ação Católica, movimento de leigos e com um núcleo organizativo principalmente de mulheres vindas dela. D. Helder Câmara estará à frente das duas organizações. A Igreja Católica, até então espalhada e isolada localmente através das dioceses, que se ligavam diretamente a Roma, passaria a ter uma estrutura nacional. Isso se deu num contexto mais amplo da sociedade brasileira quando, a partir do último governo Vargas (1950-1954) até o final da presidência de Juscelino Kubstscheck (1955-1959), tivemos um período que podemos chamar de construção da nação. A Igreja participou desse processo e dessa tendência de unidade nacional. (GÓMEZ, 2004, p. 52)

A Igreja demonstrava as representações de sua força e capacidade de adaptação em uma sociedade em processo de profundas mudanças por meio de suas estratégias de atuação. Outro fato, também muito representativo, foi a fundação do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), em 1955, que realizou, nesse mesmo ano, sua primeira conferência no Rio de Janeiro. Esses acontecimentos apontavam quais caminhos a Igreja percorreria. De 1914 a 1945, duas guerras transformaram profundamente as correlações de forças políticas ocidentais que passaram da Inglaterra para os Estados Unidos. Além disso, a crise econômica de 1929, a industrialização que se espraiou das economias centrais para os países periféricos, o processo crescente de urbanização e a Revolução Russa, de 1917, abriram novas possibilidades de convivência social que se expandiu pelo mundo, criando, segundo, Dussel, “nos meios da Igreja romana o espectro do comunismo”(1989, p. 11). A opção da Igreja foi a de organizar instituições mais amplas nas quais pudessem aglutinar os anseios nacionais e continentais para discutir as questões do seu tempo para não “perder o bonde da história”.

No período que vai de 1950 a 1965, a Igreja no Brasil ampliou muito sua participação política de forma que ultrapassasse os grandes centros por meio das novas instituições eclesiásticas e atuou em diversas frentes. Organizou-se por meio de estratégias que envolveram diretamente não somente lideranças, mas organizações institucionais fortes com presença e atuação de leigos no campo do debate político. Isso foi possível por diversos fatores, mas fundamentalmente pela criação da CNBB, que aglutinou nacionalmente os bispos para as discussões internas (reorganização das dioceses pontuando diretrizes pastorais) e externas (pautas nacionais), fortalecimento dos movimentos leigos em torno de suas instituições, concentrou bispos progressistas que defendiam posicionamentos reformistas para o País, interlocução com episcopado Latino Americano por meio do Celam e diretrizes amplas e específicas para uma ação não só dos bispos, mas com grande envolvimento dos militantes católicos do mundo trabalho, políticos, estudantes e campesinato, sem abalar as diversas pastorais da tradição católica calcadas no catolicismo popular, nas associações devocionais como congregação mariana, vicentinos, entre outras. Houve uma coesão em torno da ideia da unicidade eclesial e cristã católica para responder às demandas religiosas e políticas da sociedade moderna com uma difusão e escuta dos movimentos estaduais, regionais e locais. Cada diocese e paróquia recebiam as diretrizes de atuação dessas instituições. Essa estratégia foi fundamental para a organização de uma pastoral de conjunto e aproximou, por meio de diversos encontros e reuniões, a cúpula eclesiástica dos leigos.

A CNBB e o Celam encontravam-se dentro desse panorama de renovação administrativa das estruturas eclesiásticas. Com essas conferências, surgiram dezenas de órgãos como as secretarias para organizarem todos os movimentos ligados à juventude, trabalhadores urbanos e rurais. A difusão de impressos ampliou-se e diversificou-se com o objetivo de estabelecer comunicação com todas as demandas dos movimentos institucionais católicos. No campo da educação, ampliaram-se os seminários, congressos e discussões sobre a educação na perspectiva católica.

O projeto de reestruturação da Igreja, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estava pautado na rádio mensagem, emitida em dezembro de 1941, *Nell’alba e nellaluce* (sobre a bases da ordem nova), por Pio XII, que condenava o materialismo e enaltecia os estados e governos que se aproximaram da Igreja, garantindo os valores da civilização cristã como a santidade do matrimônio (família), a educação religiosa da juventude e a propriedade particular (DOCUMENTOS DE PIO XII, 1998). Os pilares para uma nova ordem social estariam na lei “moral manifestada pelo Criador por meio da ordem natural [...]” (PIO XII, 1998, p. 108). A educação da juventude seria um desses pilares que passaria, intrinsecamente, pela questão de ordem moral e, por isso mesmo, caberia aos estados garantir uma educação fundada em uma nova ordem, pois em alguns lugares do mundo governos combatem a Igreja subtraindo desta a juventude:

[...] benéfica influência da família e alheiam-na da Igreja; educam-na num espírito adverso a Cristo, instilando-lhe ideias, máximas e práticas anticristãs; tornem árdua e embaraçada a obra da Igreja na cura de almas e no exercício da beneficência; desconhecem e rejeitam o seu influxo moral sobre os indivíduos e a sociedade; determinações estas que longe de terem sido mitigadas ou abolidas no decurso da guerra, tem sido sob diversos pontos de vista progressivamente agravadas. Que tudo isto ainda tenha podido continuar em meio dos sofrimentos da hora presente é triste sinal do espírito com que os inimigos da Igreja impõem aos fiéis, além de todos os outros não pequenos sacrifícios, ainda o peso angustioso de uma terrível ansiedade a amargurar e oprimir as consciências. (PIO XII, 1998, p. 112-113)

Está explícito na fala de Pio XII o questionamento a qualquer estado que não compreenda em seu Sistema de Educação a doutrina cristã. São “inimigos” todos que não aceitam a Igreja Católica e/ou a fé em Deus. A *Nova Ordem Moral* afirmava o combate a toda ideologia que não contemplasse uma educação da juventude voltada para o cristianismo nos parâmetros da Igreja Católica. Esses princípios, que estavam estreitamente ligados à ideia da *Nova Cristandade,* tomaram corpo e passaram a dominar o campo de disputas políticas que nortearam a atuação católica no Brasil no final da década de 1930 e nas décadas seguintes.

De 1930 a1945, a atuação da Igreja ocidental esteve muito próxima a governos populistas, no caso brasileiro, manteve-se de “mãos dadas” com o governo Vargas e, em grande parte, com o pensamento autoritário. Em 1946, o pe. Helder Câmara desligou-se do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, onde ocupou diversas funções, desde sua ida para o município, em 1936, quando foi nomeado assistente técnico do Secretariado de Educação da capital federal. O seu desligamento é representativo, pois deixou de atuar em posições mais pontuais para militar em um projeto mais amplo de intervenção na conjuntura política nacional. Ao deixar o Ministério, uma de suas ações foi a de revitalizar a Liga Eleitoral Católica, a partir de 1946, com o objetivo de pressionar o governo Gaspar Dutra (1946-1950) e, posteriormente, com retorno de Vargas (1951-1954), a manutenção dos interesses da Igreja brasileira. A estratégia era atuar diretamente no campo político partidário com maior força que anteriormente. Nesse grupo estavam organizadas as forças mais conservadoras da Igreja que buscaram impor sua força política via intervenção no Congresso Nacional. De um outro lado, a Ação Católica voltava-se para as realidades sociais e políticas. O programa da Ação Católica reflete essa nova fase.

Voltar-se para a realidade humana em todas as suas dimensões; aprendê-la; interpretá-la à luz da experiência pessoal e das análises elaboradas pelas ciências humanas; apreciá-las sob o prisma das exigências evangélicas do Reino; comprometer-se com sua transformação, por meio de iniciativas viáveis de cunho pessoal, grupal e coletivo. (BARROS, 1994, p. 81)

O chamamento ao engajamento efetivo do leigo na vida social e política pautava-se pela transformação reformadora e não, necessariamente, apenas por um discurso de cunho moral ou doutrinário dentro do espectro do catolicismo. O programa da Ação Católica chama a atenção para uma visão mais crítica da sociedade brasileira no que se refere aos grandes problemas sociais. Para a Ação Católica, nesse período não bastaria somente a intervenção de intelectuais, mas uma ação conjunta dos diversos grupos sociais e, por isso, o trabalho coletivo seria uma exigência para mudanças sociais efetivas.

A partir de 1950, por meio da Ação Católica, a presença da Igreja na organização coletiva de diversos setores da vida social e política, que reivindicavam melhores condições de vida, passou a ser cada vez maior. No campo educacional uma inserção que ultrapassasse meramente os interesses de controle do sistema educacional só apareceu mais tarde, em 1961, com o Movimento de educação de Base (MEB) no Norte e Nordeste do Brasil. Muitos monitores do MEB provinham das fileiras da Ação Católica e utilizaram o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire.

Muitos católicos, entre eles os militantes da causa educacional, embora conservassem a essência do seu ideário cristão, procuravam colocar suas práticas de atuação em sintonia com o momento histórico em que estavam inseridas. A compreensão do movimento por uma Escola Nova católica só era possível ser pensada por esse processo de aceitação, pelo menos em tese, de que a modernidade era um processo irreversível.

O próprio Pio XII, em 1941, afirma que “[...] das nossas palavras contra o materialismo do último século e do tempo presente, argumentaria mal quem deduzisse uma condenação ao progresso técnico. Não; nós não condenamos o que é dom de Deus [...]” (PIO XII, 1998, p. 104). A Igreja, nas palavras de Pio XII, procurava adaptar o seu projeto tendo como alicerce novas estratégias de atuação e evangelização objetivando conformar o seu projeto missionário com base na família, na educação e no Estado como *modus operandi do catolicismo.* Do combate ao progresso técnico do mundo moderno, passa a aceitá-lo, porém desde que expiasse os seus erros segundo a ótica católica.

O discurso de diversas encíclicas desse período é trespassado por uma ideia central: a restauração do cristianismo, que havia sido atingido pelas transformações do mundo moderno. Várias instituições formaram-se com a finalidade de organizar, educar e formar militantes e intelectuais que atuariam na defesa da fé católica. Essa atuação deveria ser pautada por meio de uma adaptação à modernidade, porém resgatando elementos da tradição religiosa católica como espaços de definição de políticas por meio do Estado, entre elas subsídios para as instituições de ensino confessionais.

Sobre a importância dos católicos atuarem na sociedade, Pio XII reafirmou os propósitos de Pio XI, seu antecessor. Em análise sobre a sociedade da época diz:

A tão decantada laicização da sociedade, que tem feito progressos cada vez mais rápidos, subtraindo o homem, a família e o Estado ao benefício e regenerador influxo da idéia de Deus e do ensino da Igreja, fez ressurgir, em regiões onde por espaço de tantos séculos brilharam os fulgores da civilização cristã, indícios, cada vez mais claros, mais distintos e angustiosos de um paganismo corrompido e corruptor. (PIO XII, 1939, p. 22)

Diante da constatação de que o Estado laico é pagão, “corrompido e corruptor”, conclui dizendo como será a ação dos católicos:

[...] Do movimento dos congressos eucarísticos promovidos com amorosa solicitude pelos nossos predecessores, da colaboração dos leigos formados na Ação Católica e da profunda consciência da sua nobre missão, derivam fontes de graças e reservas de forças, que dificilmente se poderiam estimar como merecem tanto delas necessitamos nos tempos atuais em que aumentam as ameaças, enquanto arde a luta entre o cristianismo e o anticristianismo. (PIO XII, 1939, p. 22, 40)

As duas citações apresentam as diretrizes do início do seu pontificado e conclamam não só à unidade dos cristãos em torno dos temas relativos à *família*, à *moral*, à *educação* bem como reafirmam a importância da participação dos leigos “formados na Ação Católica”. Nesse período, a questão sobre a restauração da “civilização cristã” ainda estava em pauta e o combate a todas as forças advindas do liberalismo e das concepções socialistas da história responsável pela “laicização”.

O processo de secularização, advindas da modernidade, retirou da Igreja muito de sua força. O progresso da ciência delimitou a ação eclesial e, em muitas áreas, extinguiu-a. A consolidação do sistema capitalista e, posteriormente, o aparecimento de concepções alternativas com relação a formas de organização social, principalmente a socialista-comunista, exigiu da hierarquia religiosa um trabalho incansável para reafirmar ou adaptar suas concepções no campo dessas ideias.

Na luta contra os regimes socialistas, Pio XII buscou reafirmar a ideia da construção de uma civilização cristã dentro dos pressupostos modernos, ou seja, apropriar-se de concepções da modernidade, modelando-as com os princípios cristãos e católicos. A nova ordem internacional era outra: o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o pós-guerra impuseram mudanças profundas na ordem política, econômica e social do mundo. Pio XII herdou de Pio XI uma Igreja fortemente centralizada, unida em torno da ideia de recristianização e com uma intelectualidade organizada por meio de diversas instituições católicas. Em seu programa de pontificado, (*Summi Pontificatus*), publicado em 1939, reafirma o primado da família sobre o Estado, pois esta, por natureza, é anterior a ele.[[15]](#footnote-15) Essa tese já estava explicitada na encíclica *Divinni Illius Magistri,* em 1929*.* Sobre o trabalho apostólico dos leigos, o documento não falava em *participação,* como nos documentos pontifícios de Pio XII, mas em *colaboração.* Com o laicato atuante, a Igreja insistia no movimento para a construção de uma nova civilização cristã, combatendo qualquer ideologia de Estado que não comportasse os princípios cristãos, e para isso contava com a mediação do poder governamental para garantir sua influência na sociedade (MATOS, 2003, p. 135).

Foi nesse contexto eclesial que no Brasil os educadores e intelectuais católicos assumiram uma posição de conquistarem o espaço educacional, impondo o seu modelo pedagógico. Dessa forma, a educação tornou-se um lugar de disputas, pois era vista como um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade calcada nos valores católicos pela formação do homem. O próprio contexto histórico conduzia a uma profunda crise do modelo da neocristandade, construído no Brasil ao longo das primeiras quatro décadas do século XX (MATOS, 2003, p. 133-134).

Diante da ampliação dos espaços socialistas do mundo pós-guerra, de modo particular na Europa, as encíclicas sociais da Igreja, especificamente a *Quadragésimo Anno*, 1931 (sobre a restauração da ordem social), de Pio XI, são retomadas constantemente por Pio XII.[[16]](#footnote-16) Para o historiador da Igreja Enrique Dussel, Pio XII incentivou uma “espécie de crítica reformista ao capitalismo” (1989, p. 16). Diante dos avanços do socialismo e da Guerra Fria, a questão do liberalismo tornou-se uma questão menor, pois o “fantasma” do socialismo seria uma ameaça maior. Talvez isso explique, em parte, a tendência de Pio XII em simpatizar com regimes fascistas, pois estes eram combatentes imperiosos do socialismo e “caçadores” de comunistas.

Dentro dessa conjuntura, a Igreja se dividiu em uma ala conservadora e outra reformista. No Brasil, essas duas tendências coexistiram, sendo que a mais conservadora estava concentrada no Centro D. Vital, que privilegiava as transformações do País a partir de uma elite intelectual que poderia influenciar no debate político. Esse grupo era composto de militantes que combatiam toda e qualquer concepção que contrariasse a doutrina católica e contrária à organização das massas. E uma outra tendência reformista, ainda em germe, voltada para questões sociais, objetivando dar respostas aos contrastes sociais do País, principalmente às realidades mais carentes. Esse grupo estava organizado na Ação Católica. A partir da década de 1940 e, sobretudo nos anos 1950 e 1960, iniciaram uma luta no campo social e político, organizando debates mais abertos entre estudantes, trabalhadores urbanos e rurais. Esses grupos eram convocados para reuniões periódicas para discutirem as questões relativas aos seus interesses.

Em 1948, foi introduzido na Ação Católica Brasileira um método de análise da realidade denominado *Ver-Julgar-Agir*.[[17]](#footnote-17) Esse método fundamentava-se em uma pedagogia na qual a partir de um determinado tema os participantes, normalmente sentados em um círculo, o debatiam. Apresentava-se o tema que era analisado por meio de “julgamento” e, finalmente, construía-se uma proposta de ação. As discussões deixavam de estar centradas em uma pessoa ou liderança. Essa mudança mostra que a Igreja estava criando uma nova estratégia de atuação na sociedade pela participação e decisão de ação conjunta.

As organizações ligadas à educação também realizavam encontros, seminários e debates em níveis nacional, estadual, regional e municipal. No governo Vargas, os católicos obtiveram vitórias, porém, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do País, em 1946, as disputas políticas entre católicos e grupos que pretendiam ampliar as lutas por direitos sociais, abortadas pela ditadura Vargas, foram retomadas e com elas as disputas educacionais, sobretudo porque o tema “Lei de Diretrizes e Bases da Educação” ganhou força. Foram treze anos de tramitação do projeto da LDB no Congresso Nacional. Sobre os interesses em jogo Anísio Teixeira declara:

Os interesses em jogo dos grupos ligados às instituições privadas inidôneos, que se cobriam com essa estranha versão de “liberdade de ensino**”**, eram os dos colégios particulares, que não lograram servir às classes abastadas capazes de retribuírem adequadamente os serviços de educação de seus filhos, e os colégios mantidos pela Igreja, que passariam, em uma sociedade pobre, a ser colégios somente das classes ricas. Como a Igreja em fase de renovação e expansão desejava servir a toda sociedade, o sistema de “concessão pública” do ensino muito lhe convinha. A conjugação desses dois tipos de interesses levou a Lei de Diretrizes e Bases a retirar todo e qualquer privilégio ao ensino mantido e dirigido pelo governo, considerando absolutamente idênticos os resultados escolares do ensino “privado” ou “público”, pois ambos estavam sujeitos à legislação pública e eram mutuamente equiparados. (TEIXEIRA, 1999, p. 377-378)

A percepção de Teixeira é clara no que se refere aos interesses das instituições privadas em garantir subsídios do Estado. A discussão do autor nos remete a duas questões importantes: a primeira é que nas décadas de 1940 e 1950 os interesses da Igreja estavam na universalização da educação, portanto a Igreja passa a defender o ensino para as classes populares e, por isso mesmo, exigia subsídios públicos para as suas instituições. Uma segunda questão é que a Igreja estava se renovando e, embora não aceitasse uma educação laica, já admitia a possibilidade de o Estado assumir a direção da educação, desde que de seu sistema de educação não a excluísse. Em grande parte, conquistou amplos espaços legais na LDB de 1961. A estratégia eclesial era a de organizar as comunidades por meio da formação de todos os leigos e/ou fiéis e não, necessariamente, pela formação de quadros intelectuais, embora não tenha excluído essa política.

Os católicos procuravam implementar e desenvolver *estratégias* pelas quais visavam formar profissionais da educação, pois estes eram os atores sociais que se relacionavam diretamente com os alunos, editar materiais pedagógicos, sobretudo impressos, realizar encontros com professores e criar instituições onde o debate educacional pudesse resultar em ações nas escolas. Sempre em consonância com as diretrizes modernizadoras da Igreja, essas iniciativas tinham como objetivo conformar práticas sociais por meio de *estratégias* educacionais que evidenciassem a proposta católica em detrimento de outras.[[18]](#footnote-18) As *representações* de homem, de mundo e do outro, fundamentadas no neotomismo, são institucionalizadoras de intervenção e práticas didáticas e pedagógicas, sobretudo na edição de literaturas circunscritas no campo da educação. Essa dinâmica constrói um *capital simbólico*, resultando na circulação de saberes docentes e escolares que dinamizam o *capital cultural* que conformará projetos políticos pedagógicos e saberes docentes a partir do discurso modernizador dos católicos (BOURDIEU, 2000, p. 12).

O Concílio Vaticano II, iniciado em 1962 e encerrado em 1965, sob o pontificado do papa João XXIII (1958-1963) consolidou um processo e propôs alterações não só na linguagem e na liturgia, mas também em sua prática pastoral e administrativa. Diante das mudanças eclesiais e das novas estratégias pastoriais educativas, o embate do ensino religioso foi, paulatinamente, relegado a um segundo plano ou mesmo excluído dos debates católicos. O Concílio Vaticano II, na Declaração *Gravissimum Educationis* (sobre a educação cristã), fala em educação integral e reconhece a universalização da educação como direito

Todos os homens, de qualquer raça, condição e idade por força da dignidade de pessoa, tem direito inalienável à educação, correspondente ao próprio fim, moldada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com outros povos [...]. (CONCÍLIO VATICANO II, p. 323-324)

É claro no documento a máxima das sociedades modernas estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e educação plural de acordo com as tradições culturais de cada povo. O Concílio reconhece o pluralismo do mundo moderno e louva os governos que, respeitando a liberdade, colaboram com a educação das crianças e jovens, segundo os princípios morais e religiosos de cada família, mas não há mais uma exigência de um ensino religioso, e sim de estímulo das crianças e adolescentes de cultivarem valores morais e aos cristãos o direito a uma educação cristã (CONCÍLIO VATICANO II, p. 324-325).

Embora reconheça o pluralismo do mundo moderno, faz uma chamado para a necessidade de *purificar* concepções e ideias que não estejam de acordo com a doutrina cristã e católica. O termo “purificar” possui o sentido de ressignificar a filosofia do projeto moderno educacional da Escola Nova com a apropriação de suas práticas didáticas, porém no modelo pedgógico dos princípios católicos. O professor é considerado, nessa concepção, um “missionário”, e sua missão é um “sacerdócio”. Os educadores têm a missão de cultivar os valores cristãos e testemunhos de vida para com a infância e juventude.[[19]](#footnote-19)

Os impressos que já eram divulgados como forma de disseminar as diretrizes eclesiais, principalmente os documentos papais, matrizes do pensamento católico, somam-se a outros e multiplicam-se nesse período. Autores católicos ligados à educação publicam nas mais diversas áreas do conhecimento, entre elas no campo pedagógico, bem como em diversas editoras, católicas ou não.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concepção de educação que a Igreja apresentou nos diversos documentos e discursos católicos no período analisado articularam um projeto que se contrapõe aos fundamentos do pragmatismo de John Dewey, do naturalismo de Rousseau e do materialismo que, na perspectiva institucional eclesiástica, não correspondia ao verdadeiro ato de educar. O modelo da educação católica estava pautada na ideia de uma educação voltada para o desenvolvimento dos valores cristãos fundamentados no neotomismo, considerado pela Igreja como a verdadeira filosofia capaz de oferecer uma educação integral ao homem. Essa filosofia deveria constituir os projetos educacionais de todos os países e os governos deveriam apoiar as iniciativas das escolas confessionais.

O modelo de educação construído pela Igreja Católica nos anos 1950 e coroado pelo Concílio Vaticano II na década de 1960 não era algo isolado, mas fazia parte de um projeto eclesial amplo de adaptação do catolicismo ao mundo moderno dentro de um quadro de reestruturação da própria Igreja com o objetivo de modernizar-se, sem perder suas raízes históricas. Esse modelo de educação denominado “boa pedagogia”, calcado nos ideais dos valores morais católicos, disputou o campo da educação no Brasil, apropriou de proposições da Escola Nova, ressignificando-a, e obteve consideráveis conquistas institucionais e legais.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos*: (1945-1971). Tese (Doutorado) – Programa Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BARROS, Raimundo Caramuru. Bispos na primavera de renovação que marcou a gênese da CNBB. *Revista Encontros Teológicos*, v. 17, n. 32, 2002.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, P. J. As soleníssimas homenagens à padroeira e Rainha do Brasil. *O Horizonte*, Rio de Janeiro, 31 maio 1931, ano IX, n. 780, 10 jun. 1931.

CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. Editora Paulus, 1998.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Molde nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Usos do impresso nas Estratégias Católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). *Cadernos da ANPED*, Belo Horizonte, v. 7, 1994.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*: arte de fazer. Petrópolis, (1), Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5 n. 11, 1991.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

COSTA, Marcelo Timotheo. *Um itinerário no século*: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Ideologia e educação brasileira*: católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DOCUMENTOS DO CELAM. Conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo / Conselho Episcopal Latino Americano. São Paulo: Paulus, 2005.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DE PIO XI. *Documentos da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2004.

DOCUMENTOS DE PIO XII. *Documentos da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1998.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)*.São Paulo: Paulus, 1989.

ESTATUTO DO CENTRO D. VITAL. *A Ordem*. Ano 11, v. VI, jan. 1931.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *A Revolução de 1930*: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Pequenos ensaios de História da República*. São Paulo: Cebrap, 1972.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GÓMEZ, Luiz Alberto. 2004. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

KHOURY, Yara Aun. *Inventário dos fundos*: JAC, JEC e JIC, CEDIC/PUC-SP. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. (Coleção memória, documentção e pesquisa).

LIMA, Alceu Amoroso. *A igreja e o novo mundo*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “Carta de Alceu amoroso Lima a Gustavo Capanema”. 16. 06.1935. CPDOC: Arquivo Gustavo Capanema, GC/Lima.

MATOS, Henrique Cristiano. *Nossa história*: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. São Paulo: Paulinas. 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.

TRINDADE, Hélio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

1. Professor Adjunto do curso de História, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei/MG. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP. [↑](#footnote-ref-1)
2. “Ainda hoje não há concordância do que constitui história cultural, menos ainda sobre o que constitui culltura”. No entanto, historiadores, cada um à sua maneira, buscam historiar, mesmo enfrentando esse problema no campo de suas pesquisas ao retomar o passado para identificar o presente. A Hitória Cultural Redescoberta nos anos de 1970, não é uma nova descoberta por pertencer a uma longa tradição do pensar a cultura,está inserida em um processo de renovação constante. Pode-se afirmar que nos estudos atuais sobre o tema há um terreno comum que é a preocupação com o simbólico, suas interpretações e múltiplos diálogos com outras áreas do conhecimento. Ver estudos de BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*.Rio de Janeiro: Editora Civilização Brassileira, 2000; e *O que é História cultural*: Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2005. [↑](#footnote-ref-2)
3. No Brasil República desenvolvem-se centros (Faculdade São Bento em são Paulo, Centro D. Vital no Rio de janeiro) de onde se propagavam as concepções neotomistas com objetivos de responder, na visão da Igreja, às questões dos equívocos do pensamento moderno responsável pelos problemas contemporâneos. A ideia central era retomar a filosofia da teologia de Tomas de Aquino, atualizando-a e adaptando-a ao contexto da realidade histórica vivida pela humanidade. Nesses centros de estudos, atuaram professores e intelectuais como João Mendes de Almeida Júnior, Jackson de Figueiredo, Carlos Sentroul, Leonardo Van Acker, Pe. Leonel Franca, Pedro Anísio, Pe. Castro Nery, entre outros. A estratégia utilizada para divulgar o pensamento eram impressos diversos no formato de livros, jornais e revistas. Essa prática ampliou-se, muito consideravelmente, a partir da década de 1940, nas faculdades e universidades católicas por meio dos centros de pesquisa na área. O neotomismo abriu diálogo com o pensamento moderno. Ver: CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. Editora Paulus, 1998. [↑](#footnote-ref-3)
4. Discursos são proferidos a partir de um lugar “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as suas lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” de práticas discursivas, a partir dos lugares que as permeiam, traduzem as relações de poder e saber que se atualizam constantemente nas falas do discurso de todos aqueles que o proferem de um determinado lugar. O discurso navega por diversos espaços relacionais de cada lugar de forma diferenciada em vista das disputas do poder ou poderes. Ver: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. [↑](#footnote-ref-4)
5. A isso Chartier se opõe, defendendo a tese de que as representações sociais são intrínsecas à história da cultura de uma sociedade. Separar o político e o econômico da História Cultural é provocar um dualismo equivocado sobre os estudos que envolvem a cultura. Na introdução do seu texto *O Mundo como representação* Chartier deixa claro que o recorte realizado por uma nova concepção de ver a história pela cultura rompe com uma forma de qualquer análise dos sistemas globais que foram os “paradigmas dominantes” por muito tempo nos estudos históricos. Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991. [↑](#footnote-ref-5)
6. ALMEIDA FILHO, Orlando José de. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)*. Tese (Doutorado no Programa Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. [↑](#footnote-ref-6)
7. Faziam parte desse grupo: Fernando de Azevedo, Anísio Spinola Teixeira, Afranio Peixoto, Paschoal Lemme, Roquete Pinto, Edgar Sussekind Casassanta, entre outros. Esse grupo marcava fortemente os debates na Associação Brasileira de Educação (ABE). [↑](#footnote-ref-7)
8. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi lançado em 1932 num panorama de disputas políticas entre católicos e liberais pelo controle do aparelho escolar. A lógica católica era contrária ao pensamento da modernidade, em que se privilegiava a ciência como promotora de progresso. Nessa posição encontravam-se os renovadores que eram defensores da Escola Nova, promotora da ciência e da pedagogia moderna, sobretudo com os fundamentos filosóficos e pedagógicos de educadores como John Dewey. Em *Democracia e educação,* Dewey defendeu os ideais da escola democrática universal organizada por um sistema educacional estatal com objetivos do direito à acessibilidade de todos. A educação deveria desenvolver o espírito crítico do aluno e sua capacidade de raciocínio fundamentada no espírito da Ciência Moderna. A ideia da laicidade estava ligada ao princípio de uma educação pautada pela “esfera pública” na perspectiva do pragmatismo de “aprender fazendo”. Cf. (DEWEY, 1959). [↑](#footnote-ref-8)
9. A partir de 1931, os católicos, embora deixassem de participar da ABE, não abandonaram o campo de disputa, mas se reoganizaram entre si nos centros das instituições organizadas por eles ou pela própria Igreja. Essa questão é amplamente discutida por Carvalho em sua pesquisa no livro *Molde nacional e fôrma cívica* (1998). [↑](#footnote-ref-9)
10. O sentido Weberiano dado a essa terminologia é o de que o Estado racional organiza as instituições, independentemente do domínio religioso. O Estado moderno é laico e organiza a cultura por quem detém o poder legitimamente, independentemente de qualquer influência ou padrão moral externo ao próprio poder. O *caráter racional* tem como base “a crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercerem a dominação (dominação legal)” (WEBER, 1991, p. 141). Weber salienta que o sistema de produção moderno possui duas características fundamentais: *racional* e *capitalista*. Essas duas características influenciaram o ocidente a partir do século XV por meio do renascimento comercial e urbano. A concepção moderna de Estado rompeu com todos os valores medievais de sociedade, com a visão de homem e de mundo. Weber salienta, ainda, que as mudanças ocorridas no mundo moderno só foram possíveis de se consolidarem devido aos valores sociais denominados por ele de burocracia moderna, que organizou a administração a partir de um conjunto de normas que definem o trato com a esfera pública. Portanto, o capitalismo, a burocracia (forma de organização do Estado e das instituições) e a ciência moderna são três pilares fundamentais da racionalidade moderna. Cf. (WEBER, 2002, p. 138-140). [↑](#footnote-ref-10)
11. Em *Tempos de Capanema*, os autores aprofundam uma análise, mostrando as relações de proximidades existentes entre o período Capanema e a Igreja Católica. Cf. (SCHWARTZMAN *et al*., 2000). [↑](#footnote-ref-11)
12. Alceu amoroso Lima foi um intelectual militante e que esteve à frente de diversas instituições católicas como editor da *Revista A Ordem do Centro D. Vital*, direção da Coligação Católica Brasileira (CCB), presente na Liga eleitoral Católica (LEC) como secretário geral, atuouna direção da Ação Católica (ACO) e durante 38 anos presidiu o Centro Dom Vital no Rio de Janeiro. Enfim, foi um importante intelectual atuante nos meios católicos e entre diversos intelectuais “assume um lugar no cenário dos debates sociais e educacionais [...] como figura leiga central dessa “resistência ativa” e difusora da posição católica” (CURY, 2010, p. 15). [↑](#footnote-ref-12)
13. A carta que Alceu Amoroso Lima envia a Gustavo Capanema aponta para a proximadade entre Igreja e Estado. O então ministro da educação, Gustavo Capanema, possuía relações estreitas com os católicos e o documento é uma *representação* do poder de alguém que fala a partir dos interesses de um lugar institucional, representado por Lima, que é a Igreja Católica. Cf. (Carta de Alceu Amoroso Lima a Gustavo Capanema, 6/1935). [↑](#footnote-ref-13)
14. O afastamento de Alceu de Amoroso Lima deu-se após o falecimento do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, em 1943. Lima deixou a direção da Ação Católica “por incompatibilidade com o novo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara” (GÓMEZ, 2004, p. 78). Em 1947, o Pe. Helder Câmara foi nomeado Assistente Nacional da Ação Católica. Pe. Helder Câmara, sempre teve uma atuação e presença marcante nos debates nacionais, desde os anos 1930, sobretudo na causa educacional. Nos anos 1960, sua atuação pastoral destacou-se no campo social, principalmente no período militar, quando combateu a ditadura (1964-1984), denunciando as torturas ocorridas nos porões do regime repressor e, inserido no contexto das lutas sociais, fez uma opção pelos pobres na linha da Teologia da Libertação e do documento de Puebla. É importante destacar que sua trajetória sempre foi muito polêmica, pois na década de 1930 apoiou o Integralismo. Cf. (GÓMEZ, 2004. p. 78). [↑](#footnote-ref-14)
15. A reafirmação desse princípio fundamenta as bases doutrinárias da Igreja Católica na perspectiva da ideia de comum unidade divina e comum unidade humana. Cf. (DOCUMENTOS DE PIO XII, 1998). [↑](#footnote-ref-15)
16. Pio XII, no decorrer de seu pontificado (1939-1958), utilizou diversas formas de comunicação impressa e oral para propagar suas mensagens: encíclicas e mensagens pelo rádio, alocuções, impressos e discussões em seus congressos. Cf. (PIO XII, 1998). [↑](#footnote-ref-16)
17. A proposição do método de análise social da Ação Católica possuía um tripé que se fundamentou, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O método possuía como base: “ver” a realidade, levantando informações; “julgar” as informações por meio de discussões e análise das informações coletadas; e “agir” sobre essa mesma realidade, após ter realizado o julgamento. Cf. (Inventário dos fundos: JAC, JEC e JIC, 1998 p. 15-26). Ver também: *Documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano*: 1. *Conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* (1955: Rio de Janeiro); 2. *Conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* (2, 1968: *Medellín*, Colômbia); 3. *Conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* (3, 1979: *Puebla de los Angeles*, México); 4; *Conclusões da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano* (4, 1992: *Santo domingo,* República Dominicana). Cf. (DOCUMENTOS DO CELAM, 2005). [↑](#footnote-ref-17)
18. Refiro-me ao termo “estratégia” no sentido pretendido por Certeau como “o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 1994, p. 99). [↑](#footnote-ref-18)
19. Cf. Esse esforço da Igreja, nesse momento, era também o de aproximar o seu discurso dos fiéis, pois havia uma grande dificuldade de organizar uma pastoral com o discurso ainda fundamentado no Concílio de Trento (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, p. 321-334). [↑](#footnote-ref-19)